



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**

RECURSO ELEITORAL (11548) - 0600202-08.2020.6.02.0051 - Senador Rui Palmeira - ALAGOAS

RELATOR: Desembargador EDUARDO ANTONIO DE CAMPOS LOPES

RECORRENTE: ELEICAO 2020 CLOVIS VIEIRA DE SOUZA VEREADOR, CLOVIS VIEIRA DE SOUZA

Advogado do(a) RECORRENTE: ALLYSSON FEITOSA DA SILVA - AL0016237

Advogado do(a) RECORRENTE: ALLYSSON FEITOSA DA SILVA - AL0016237

EMENTA

**RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2020. SENADOR RUI PALMEIRA/AL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. VEREADOR. NULIDADE DA SENTENÇA. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 93, IX, CF, E 489, §1º, CPC. FUNDAMENTAÇÃO UNICAMENTE *PER RELATIONEM*. DEFICIENTE MOTIVAÇÃO DO JULGADO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO. NULIDADE DA SENTENÇA.**

Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em conhecer do apelo para declarar a nulidade da sentença proferida pelo Juízo da 51ª Zona Eleitoral, bem como em determinar a baixa dos autos ao juízo de origem, a fim de que promova julgado devidamente fundamentado, nos termos do voto do Relator.

Maceió, 07/07/2021

Desembargador Eleitoral EDUARDO ANTONIO DE CAMPOS LOPES

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Eleitoral manejado por CLOVIS VIEIRA DE SOUZA em

face da sentença proferida pelo juízo da 51ª Zona Eleitoral, que julgou Desaprovada a Prestação de Contas, referente à campanha da Recorrente ao cargo de vereador de SENADOR RUI PALMEIRA/AL.

Na Sentença recorrida de ID 6662263, o Magistrado de primeiro grau entendeu por desaprová-las as contas, conforme o fundamento da Decisão abaixo transcrito:

Como é cediço, compete à Justiça Eleitoral exercer a fiscalização sobre a escrituração contábil e a prestação de contas de candidatos e de partidos políticos.

Em se tratando de Eleições Municipais, cabe ao Juiz Eleitoral da respectiva circunscrição a verificação da regularidade das contas, as quais devem refletir a real movimentação financeira, contábil e patrimonial da campanha (Lei nº 9.504/1997 c/c a Resolução TSE nº 23.607/2019).

Nesse sentido, a Lei nº 9.504/97 dispõe em seu art. 30, in verbis:

Art. 30. A Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas de campanha, decidindo:

I – pela aprovação, quando estiverem regulares;

II – pela aprovação com ressalvas, quando verificadas falhas que não lhes comprometam a regularidade;

III – pela desaprovação, quando verificadas falhas que lhes comprometam a regularidade;

IV – pela não prestação, quando não apresentadas as contas após a notificação emitida pela Justiça Eleitoral, na qual constará a obrigação expressa de prestar as suas contas, no prazo de setenta e duas horas.

A prestação de contas foi apresentada em sua forma simplificada, uma vez que o município de São José de Senador Rui Palmeira/AL atende aos requisitos elencados no artigo 62, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

No mérito, realizada a análise técnica, mediante o confronto das informações lançadas pelo prestador de contas com as bases de dados internos (as prestações de contas dos demais candidatos e partidos políticos) e externas (Secretaria da Receita Federal, Tribunal de Contas da União, Conselho de Controle de Atividades Financeiras, instituições financeiras, doadores e fornecedores, bancos de dados de notas fiscais eletrônicas, informações voluntárias de campanha, dentre outras), através de ferramenta disponibilizada pelo Sistema de Prestação de Contas (SPCE), foram detectadas inconsistências e irregularidades, o que ensejou a intimação do interessado para apresentar esclarecimentos complementares, com base no art. 69 da Resolução TSE nº 23.607/2019. Compulsando os autos, verifica-se no Parecer Técnico Conclusivo a persistência das ocorrências ali relacionadas, mesmo após a manifestação do prestador com a possibilidade de retificação das contas inicialmente apresentadas e a juntada de novos documentos. Dessa forma, a unidade técnica “entende que as contas do candidato relativas às eleições de 2020 devem ser julgadas como NÃO PRESTADAS” fundamentando no contido no artigo 74 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

O não suprimento das inconsistências e irregularidades apontadas em Parecer Técnico não configura, ao meu sentir, omissão relevante que deva ensejar o julgamento como não prestadas das contas de campanha. A omissão que faz referência o inciso VII do parágrafo 5 do art. 49 da Resolução TSE nº 23.607/2019 cinge-se aos casos em que o candidato é instado a prestar as contas finais (art. 30, IV da Lei 9.504/97 e art. 49, §5º, inciso VII da Resolução TSE nº 23.607/2019) e permanece inerte.

No caso sob análise, em que pese o candidato não ter sanado as irregularidades e inconsistências apontadas no Parecer Técnico Conclusivo, houve por parte do interessado manifestação válida e prestação de contas finais em que apresentou justificativas para as irregularidades apontadas pela unidade técnica, o que afasta a possibilidade, ao meu sentir, de julgamento das contas como não prestadas.

Outrossim, este juízo entende que há elementos mínimos que permitem a análise das presentes contas e que as falhas ainda persistentes não se configuram graves o suficiente para que as presentes contas sejam julgadas como não prestadas.

Tendo presente o que dispõe o §4º do artigo 74 da Resolução TSE nº 23.607/2019, este juízo entende que as ausências de documentos não se configuram relevantes para macular a integralidade das contas como entende a unidade técnica e o representante do Ministério Público.

Ante o exposto, forte nos argumentos expendidos, julgo como

DESAPROVADAS as contas de campanha de CLOVIS VIEIRA DE SOUZA, relativas às Eleições Municipais de 2020, nos termos do art. 74, inciso III, da Resolução TSE nº 23.607/2019 e do art. 30, inciso III da Lei nº 9.504/97.

Dê-se ciência da presente decisão ao Ministério Público Eleitoral, por remessa do processo através do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), nos termos do art. 99 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Da decisão deste juízo eleitoral cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, contados da sua publicação no Diário de Justiça Eletrônico, nos termos do art. 85 da Resolução TSE nº 23.607/2019 (Lei nº 9.504/1997, art. 30, §5º).

Após o seu trânsito em julgado, proceda-se às devidas anotações no Sistema de Informação de Contas Eleitorais e Partidárias (SICO), nos termos do §10 do art. 74 da Resolução TSE nº 23.607/2019, e ao arquivamento do processo.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

São José da Tapera, 10 de fevereiro de 2021.

Leandro de Castro Folly  
Juiz Eleitoral

Recurso dirigido a este Tribunal documentado no ID 6664363.

Em Parecer de ID 7578513, o Ministério Público pugnou pela declaração de nulidade da Sentença recorrida, em razão de fundamentação hábil a sustentar as conclusões do julgado recorrido.

É, em breve suma, o relato dos autos.

#### VOTO

Senhores Desembargadores, o presente feito traz à apreciação deste Tribunal Recurso Eleitoral concernente à Prestação de Contas de Campanha de CLOVIS VIEIRA DE SOUZA, referente à campanha ao cargo de vereador de Belo Monte/AL, nas eleições de 2020.

De plano, verifico a regularidade do Recurso em apreço, posto que atendidos todos os requisitos de admissibilidade, notadamente no que diz respeito à legitimidade das partes, interesse recursal, atendimento ao prazo de interposição, além de se revestir de forma e conteúdo adequado à espécie. Por tal razão, conheço do apelo.

Ao analisar detidamente a decisão impugnada, encontro severas dificuldades para perceber quais razões, fáticas e jurídicas, emprestam fundamentação ao julgamento pela desaprovação das contas.

Com efeito, a aludida decisão encontra-se carente de indicação clara e específica das falhas que ensejariam a desaprovação das contas de campanha. A sentença impugnada limitou-se a tratar do feito de forma genérica e imprecisa, limitando-se a fazer referências lacônicas ao estudo da unidade técnica.

O Douto magistrado de origem conclui de modo contrário ao quanto exposto pela unidade técnica, bem como pelo presentante do Ministério Público local, contudo não fundamentou suas razões em bases jurídicas e fáticas hábeis a sustentar as conclusões do julgado.

A argumentação contida na sentença é incerta e obscura, sem apontar em termos claros quais seriam as falhas percebidas, quais os elementos específicos a fundamentar o entendimento firmado, utilizando-se de justificativa vaga, incapaz de constituir fundamento

hábil para a decisão. A exemplo do quanto afirmo transcrevo abaixo trecho representativo da sentença recorrida:

No caso sob análise, em que pese o candidato não ter sanado as irregularidades e inconsistências apontadas no Parecer Técnico Conclusivo, houve por parte do interessado manifestação válida e prestação de contas finais em que apresentou justificativas para as irregularidades apontadas pela unidade técnica, o que afasta a possibilidade, ao meu sentir, de julgamento das contas como não prestadas.

Outrossim, este juízo entende que há elementos mínimos que permitem a análise das presentes contas e que as falhas ainda persistentes não se configuram graves o suficiente para que as presentes contas sejam julgadas como não prestadas.

Do que se depreende da leitura da Decisão, percebe-se a existência do relato dos autos, a indicação das conclusões da unidade técnica sobre a contabilidade de campanha, afirmando no parecer técnico foram apontadas falhas insanáveis, para no dispositivo declarar a desaprovação das contas. Contudo, o Magistrado não aponta especificamente quais seriam essas falhas que considera graves, e quais razões jurídicas determinariam a desaprovação das contas.

Como se vê, o eminente magistrado, com a devida vênia, não fundamenta seu entendimento. Embora faça remissão à existência de falhas, não há a devida individualização e análise, ainda que mínima, das eventuais irregularidades que comprometeriam a confiabilidade das contas.

É forçoso reconhecer que se adotou na elaboração da Sentença, exclusivamente, a denominada técnica da fundamentação per relationem ou aliunde. Contudo, ao fazer uso desse mecanismo, caberia ao julgador de primeiro grau certa dose de fundamentação própria, concreta, a respeito das razões fáticas e fundamentos de direitos que determinam a tomada de decisão judicial.

Logo, não basta que o ato decisório reporte-se a uma manifestação existente nos autos, encampando-a, exige-se que o juiz justifique a sua decisão, motivando o seu convencimento acerca das teses jurídicas existentes na demanda.

O dever de motivar as decisões judiciais decorre de norma constitucional, conforme reza o art. 93, IX da CF/88:

IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

Como se vê, em não havendo motivação na sentença judicial, o ato decisório será nulo, já que impede o jurisdicionado de conhecer a conclusão externada pelo julgador.

Por essa razão, o novo CPC, ao disciplinar a matéria, trouxe importantes diretrizes a respeito da fundamentação per relationem:

Art. 489. São elementos essenciais da sentença:

(...)

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

(...)

§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

(...)

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

(...)

Nesse diapasão, é imperioso assinalar que não foram apreciados de modo adequado os argumentos e a documentação presentes nos autos, que, em tese, poderiam infirmar o julgado.

Em verdade a Sentença simplesmente referiu-se, como razão de decidir, ao pronunciamento do analista das contas, sem se dar ao custo de fundamentar a própria tomada de decisão, baseando no necessário suporte fático e fundamentos de direito pertinentes ao deslinde da causa.

Tais vícios comprometem o dever de motivação da decisão judicial e impedem o exercício da ampla defesa e do contraditório, o que determina a declaração de nulidade da Decisão de primeiro grau, bem como impõe a necessidade de que os autos retornem ao primeiro grau, no propósito de que seja prolatada uma decisão devidamente fundamentada.

Desse modo, voto no sentido de conhecer do apelo para declarar a nulidade da sentença proferida pelo Juízo da 51ª Zona Eleitoral, bem como de determinar a baixa dos autos ao juízo de origem, a fim de que promova julgado devidamente fundamentado.

É como voto.

**DES. ELEITORAL EDUARDO ANTONIO DE CAMPOS LOPES**  
Relator

Assinado eletronicamente por: EDUARDO ANTONIO DE CAMPOS  
LOPES  
12/07/2021 20:26:52  
[https://pje.tre-al.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento  
/listView.seam](https://pje.tre-al.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam)  
ID do documento: 8887313



21070911423078200000008690242

IMPRIMIR      GERAR PDF